

O patrimônio florestal do Brasil e a silvicultura: a relação entre a organização do Serviço Florestal durante a Primeira República e a indústria de madeiras.

ROBERTA BARROS MEIRA<sup>1</sup>

A primeira exploração comercial dada ao Brasil por Portugal seria a exportação de uma madeira corante, já conhecida por Pau-Brasil pelos europeus ou Ibirapitanga pelos indígenas. Já no primeiro século de exploração, o corte alcançaria 12 milhões de árvores (DEAN, 1996: 59-82). Esse ramo de comércio de madeira teve um notável desenvolvimento, crescendo e exigindo um abastecimento mais amplo no decorrer dos anos. Mais ainda, mantêm números crescentes até os dias atuais. Ora, ao longo dessa história ambiental, ocorreu um forte imbricamento entre o crescente desflorestamento do território e a agricultura. Mas, na medida em que se fortalecia a defesa de uma agricultura científica no Brasil, algumas vozes começaram a defender fortemente uma exploração racional, pautada também na ciência para a exploração das matas brasileiras.

Nesse sentido, a complexidade das relações entre o Estado, a agricultura e as riquezas naturais assumiram novas feições à medida em que se sedimentou uma visão em defesa da agricultura científica no país. Vale lembrar que a segunda metade do século XIX e a primeira do XX foram marcadas por mudanças radicais na forma como a agricultura estava estruturada. Tendência salutar e compreensível diante dos interesses dos grandes produtores agrícolas e que de certo modo se delineia como uma resposta coordenada a partir de um nível mundial. Naquela época, o Brasil já não tinha condição de concorrer com outros países se não aplicasse os aperfeiçoamentos técnicos possíveis na prática agrícola e se igualasse aos seus rivais. Esses novos saberes e técnicas fariam muitos dos homens dos períodos repensarem a forma como se explorara a natureza até então, principalmente quando se tratava das florestas. Desse modo, a valorização da silvicultura emergiu de situações próprias dessa época, qual seja, o da propagação do sistema intensivo de culturas como forma de conquista dos mercados internacionais.

Mas, se nos últimos anos do Império, as questões florestais estiveram em pauta em grande medida pelos problemas de abastecimento de água, mudanças climáticas e pela necessidade de drenar os manguês, a República veria as matas brasileiras como um

---

<sup>1</sup> Docente do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade/UNIVILLE, Doutora em História Econômica pela USP. O presente artigo representa parte de uma pesquisa ainda inconclusa, financiada pela Capes.

importante fornecedor de combustíveis, seja para as ferroviárias, as recém criadas usinas açucareiras, a indústria, dentre outros. Embora, os problemas causados pelo aumento do desmatamento fossem constantemente lembrados por agricultores, técnicos e acadêmicos brasileiros que tratavam das questões agrícolas, econômicas e ambientais nacionais. É nesse sentido que essas investigações preliminares caminham, não obstante se reconheça que de toda decisiva seria a ênfase a ser dada à articulação entre florestas e agricultura. A magnitude das discussões do período leva a considerar não apenas o grau de atenção que seria concedida à preservação da natureza, mas, do mesmo modo, quanto o país podia se valer das exportações de madeiras para incrementar a sua balança comercial.

A soma das ideias desses atores daria origem a criação do Serviço Florestal do Brasil em 28 de dezembro de 1921. Mas, deve-se insistir que desde os primeiros anos da República esses homens já haviam se articulado por uma maior atuação do Estado na conservação e exploração das florestas. E há que se ter em conta a influência de medidas similares tomadas em outros países que lhe forneceu muitos dos seus fundamentos, como a Inglaterra (THOMAS, 1996). Assim como o fato de o crescimento da importância dos “homens da ciência”- químicos, agrônomos, botânicos, engenheiros e os chamados “agricultores progressistas” se nos afigura fundamental dado o crescimento concomitante das novas diretrizes de exploração racional das florestas brasileiras e a crescente importância desses novos atores.<sup>2</sup> Ou mais precisamente, esses homens se percebiam como intermediários entre a ciência, a agricultura e a exploração das riquezas naturais do país.

Um dos exemplos mais ilustrativos dessa interrelação foi a atuação da Sociedade Nacional de Agricultura (MENDONÇA, 1990). Aliás, no seu primeiro regulamento, a SNA apresentava-se como uma “agremiação de lavradores e de amigos da lavoura”, que ocuparia-se de todos os assuntos que pudessem trazer o “progresso agrícola” ao Brasil. Mas, atenção particular deve ser dada ao entendimento do que comporia a sua alçada, isto é, “tudo que possa referir-se às águas e florestas, aos assuntos agrários, à cultura do solo, a criação e às indústrias

---

<sup>2</sup> O século XIX traria consigo o fato de que os principais progressos técnicos, - não necessariamente os restritos a agricultura -, passaram a estar relacionados com o uso das ciências puras e da metodologia científica nos experimentos, em detrimento dos métodos empíricos. Assim, não seria de se estranhar que as ciências aplicadas à agricultura acabassem por se caracterizar como um campo específico do saber (Hobsbawn, 1986: 161).

rurais” ( Revista A Lavoura, dezembro de 1897). Tem-se a nítida impressão que houve uma sistematização da importância econômica das florestas tanto quando se fala da sua percepção como mais um elemento econômico a ser explorado como da interdependência da manutenção das florestas com as riquezas naturais - vistas como a grande vantagem do Brasil.

Em 1901, parte significativa dos homens ligados à agricultura discutiram seus principais problemas no Primeiro Congresso Nacional da Agricultura.<sup>3</sup> De certo modo, a preservação da natureza foi chamada à baila nesses primeiros anos com a função de evitar erosões no solo e proteger os mananciais aquíferos. Dessa forma havia uma justificativa perante os olhos destes congressistas, mesmo que a natureza não fosse colocada em primeiro plano. É certo que alguns argumentos em favor da agricultura intensiva já acenavam um certo interesse pela irrigação, pela adubação, etc. Advogando em defesa de “medidas severas contra a devastação das matas, mormente daquelas situadas nos cumes das montanhas, serras, outeiros, ao lado de mananciais e a organização da polícia sanitária agrária” (SNA, 1907: 81).

Com uma maior necessidade de lenha e da venda de madeiras, a percepção em torno dos desperdícios das matas começaria progressivamente a aumentar. No entanto, a evolução da silvicultura não foi linear. Assim é que o artigo do engenheiro João Teixeira Soares<sup>4</sup> na Revista A Lavoura, em 1918, apontava o desperdício de madeiras pela destruição de florestas devido à necessidade de posseiros justificarem a ocupação da maior área possível, além da constante expansão da agricultura por terras virgens gerada por uma técnica rudimentar. Segundo os seus cálculos, 80% dos destroços dessas florestas não eram utilizados, mas consumido no próprio local pelo fogo (Revista A Lavoura, janeiro a fevereiro de 1918: 73 ).

Soares chama ainda a atenção para a necessidade de reformulação da gestão das companhias de estradas de ferro. Até então elas eram obrigadas a plantar as suas lavouras de árvores, quando seria melhor criar um grupo de reflorestadores, que possuíssem contratos de compra para a madeira e para a lenha que viessem a

---

<sup>3</sup> Em 1901, a SNA organizou o Primeiro Congresso Nacional de Agricultura. Esse primeiro Congresso se sobressaiu, uma vez que nele foram formuladas os principais pontos debatidos em torno da agricultura durante toda a Primeira República. A idéia do Congresso surgiu em sessão de diretoria da SNA, em 20 de junho de 1899.

<sup>4</sup> João Teixeira Soares projetou o traçado ferroviário entre Itacaré e Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

produzir. Além disso, essas companhias deveriam ser menos exigentes quanto às condições de qualidade e dimensões, de modo a tornar possível o mais completo aproveitamento das árvores abatidas (Revista A Lavoura, janeiro a fevereiro de 1918: 73).

Nesse particular, a importância do modelo europeu foi fundamental para que essas discussões fossem colocadas em pauta. A Inglaterra, a Alemanha e a França seriam comumente citadas nesse momento pelo êxito do seu sistema de exploração racional das florestas. Queremos frisar, também, que a defesa de uma interdependência entre um modelo de desenvolvimento baseado no avanço predominantemente econômico e uma exploração mais racional da natureza mereceu especial cuidado por parte de alguns dos homens desse período. Exemplo disso seriam os trabalhos como os de Hermann von Ihering<sup>5</sup> que analisaram em que medida a silvicultura poderia minimizar os problemas ambientais. Segundo ele, eram três os fatores que compunham a questão da conservação das matas no Brasil, ou seja, o fornecimento de lenha, a extração de madeira de lei e a defesa das matas próximas aos mananciais dos rios e ribanceiras, que afetavam tanto o clima quanto o abastecimento de água. Ihering apontava que na Alemanha, uma população maior que a de todo o Estado de São Paulo devia seu sustento à cultura das matas e às industriais relacionadas com a mesma. Nesse sentido, se essa experiência fosse trasladada para o Brasil, o Estado de São Paulo tiraria tanto lucro da silvicultura como naquele momento obtinha com o café e “o caipira elemento prejudicial às matas, com pouca disposição para prestar serviços regulares na lavoura do café, dedicar-se-á com gosto ao serviço florestal e ao transporte de seus produtos”. (Revista do Museu Paulista, 1911:497)

Releva notar que essas falas viriam como uma forma de apresentar uma alternativa ao avanço do desmatamento no país. Embora, no Brasil, não seria ainda possível por maiores que fossem o entendimento desses acadêmicos em relação aos problemas causados pelo desmatamento que se implantasse uma postura fortemente preservacionista. Uma vez que maiores dificuldade esses homens encontrariam se

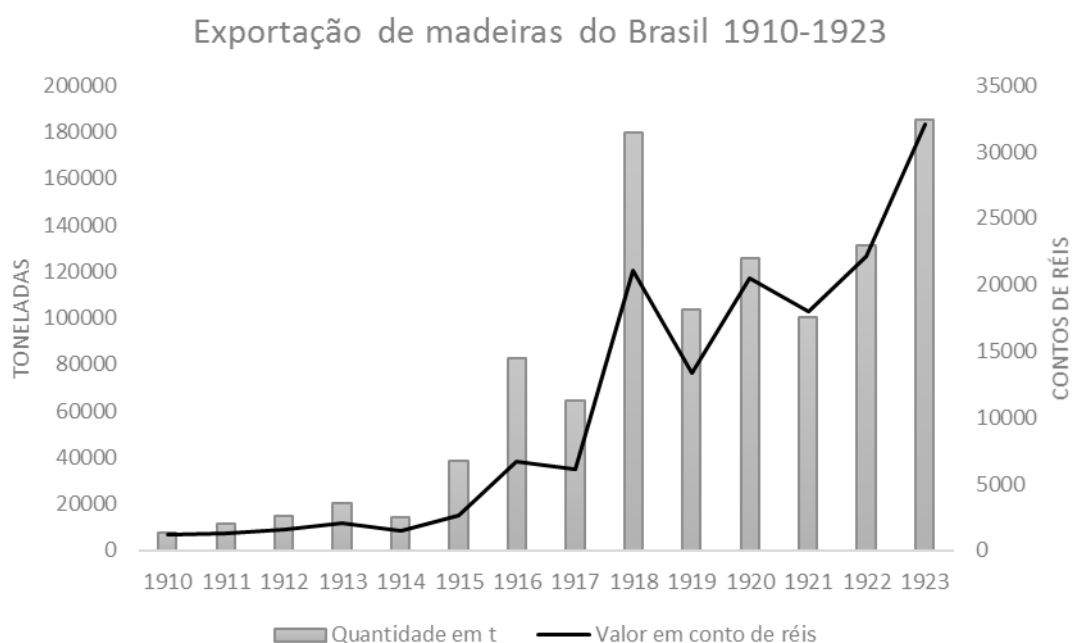
---

<sup>5</sup> Ihering foi um médico, professor e ornitólogo alemão, naturalizado brasileiro em 1885. Em 1892, foi um dos responsáveis pela fundação do Museu Paulista, do qual foi diretor por 25 anos. Foi também o criador do Jardim Botânico.

defendessem um projeto pura e simplesmente de proteção da natureza, posto que nesse caso não fosse de esperar compreensão ou benevolência por parte dos grandes agricultores. Até porque se vê, facilmente, a estreita relação de um mercado em crescimento e uma maior intervenção do Estado. Em 1911, o Congresso Federal decretou um prêmio ao maior exportador de madeira de lei. Como se percebe pelo gráfico 1, durante a Primeira República, progressivamente, a exportação de madeiras iria aumentar a sua importância.

Gráfico

1



Fonte: Boletim do MAIC. Rio de Janeiro:Tip. Do Serviço de Informação, junho de 1925, p.96.

De qualquer forma, o papel do Ministério da Agricultura nessa questão iria tomando um maior vulto. Era preciso incentivar a exportação de madeiras e a sua percepção como um valioso produto. Ao mesmo tempo, era preciso dar conta do consumo interno de lenha, minimizar os já perceptíveis males de um desflorestamento descontrolado e atender as demandas dos agricultores.

Vê-se, assim, facilmente a estreita formação entre um mercado crescente de madeiras e, em contrapartida, as questões ambientais que, em maior ou menor proporção, contribuíram para estimular a defesa da criação do Serviço Florestal. Mas, se em 1912, o Boletim do MAIC trazia um artigo que ressaltava a importância da organização pelos poderes públicos desta seção no Ministério da Agricultura, ela só seria criada 9 anos mais tarde depois da promulgação do decreto legislativo n.º 4421, promulgado no ano de 1921 (Boletim do MAIC, setembro a outubro de 1912:80). O Serviço Florestal seria criado assim tendo por objetivo “a conservação, reconstituição, formação e aproveitamento das florestas” (BRASIL, 1921). À vista disso, a verdadeira vocação das riquezas naturais brasileiras, especialmente quando se falava no patrimônio florestal, não seria de todo modificada. De fato, o grande diferencial estava no aproveitamento racional das madeiras. Não obstante, a conservação das florestas figurar como uma das metas, não lhe seria dado o papel principal, não obstante contasse com a atuação de proeminentes acadêmicos em sua defesa (FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Por outro lado, quando enfim o decreto foi regulamentado em dezembro de 1925, a silvicultura já se firmara como a menina dos olhos de ouro desse projeto. Logo, no artigo primeiro, destacava-se que deveria-se “sistematizar e propagar os conhecimentos relativos à silvicultura, mediante demonstrações práticas em hortos florestais, convenientemente situados, e em outras seções técnicas compreendidas no presente regulamento” (BRASIL, 1925). Embora o ideal em torno da silvicultura<sup>6</sup> criado em 1858 e rapidamente difundido no ensino agrícola europeu já fosse adotada no Império (ARAÚJO, 2010), a Primeira República criaria de fato as bases para a sua implementação de fato durante o Governo Vargas.

É digno de nota o fato de que na regulamentação do Serviço Florestal do Brasil os princípios da silvicultura seriam ressaltados em quase todos os parágrafos do decreto, tais como: exploração racional das florestas, criação de hortos florestais, melhor aproveitamento dos produtos das matas e a cultura das essenciais florestais que fornecessem matérias-primas às indústrias, experimentos referentes à mecânica da madeira, métodos de conservação, tratamento e utilização - levando em consideração às

---

<sup>6</sup> Silvicultura seria a ciência que se dedica ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais e que compreende o estudo botânico das espécies, além da identificação, caracterização e prescrição da utilização das madeiras. (HOUAISS, 2001)

exigências dos mercados e da sua aplicação industrial -, organização de uma estatística florestal, a divulgação em publicações das ideias sobre os aspectos econômicos das florestas, a adoção da silvicultura comparada entre espécies locais e de outras zonas do país, a instrução elementar de silvicultura para os particulares, a criação de escolas teórico-práticas de silvicultura, florestas-modelo, silvo-pecuária, a contratação de engenheiros silvicultores, dentre outros (BRASIL, 1925).

Vale a pena comentar a fala de José Alberto de Sampaio no Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, que ocorreu em 1926. O ponto acenado por ele seria que o trabalho do recém-criado Serviço Florestal faria com que o Brasil ocupasse em breve o posto de um dos maiores países produtor de madeiras, conservando ao mesmo tempo o máximo possível de suas florestas (SAMPAIO, abril-maio de 1926). Assim, nesse momento, a silvicultura tornava-se um ponto crucial e não faltaram vozes que propunham a expansão do cultivo de árvores.

Será neste afã por uma exploração racional das matas brasileiras que começa a figurar como a outra ponta da questão a proteção aos sítios de beleza natural e a fauna indígena, a criação de parques e reservas florestas. É preciso que se atente que, em verdade, essa seria uma demanda menor. Realidade também da vinculação direto do Serviço Florestal como secção especial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Embora já constassem das atribuições do Serviço Florestal, somente no Governo Vargas, uma maior atenção seria dada as chamadas florestas protetoras e a criação dos parques nacionais.

A valorização comercial das madeiras brasileiras contaria com um número maior de defensores. Além de ser vista como uma saída para o crescente desflorestamento por aqueles que defendiam uma preservação de fato da natureza. Ledo engano das duas partes. Embora, fossem pensadas para caminhar de mãos dadas, a silvicultura não teria a força necessária para consolidar um modelo de exploração racional que evitasse a devastação das florestas brasileiras. Se o patrimônio florestal assumiu importância considerável no universo ideológico do Brasil na Primeira República, todavia na prática essas ideias não frutificaram como esperado.

## Bibliografia

- ARAÚJO, Nilton de Almeida. Pioneiros e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). Tese de doutorado, PPGH/UFF, Nitéroi, 2010.
- Boletim do MAIC. Rio de Janeiro: Tip. do Serviço de Informação, junho de 1925; setembro a outubro de 1912.
- BRASIL. Decreto Nº. 4.421 de 28 de dezembro de 1921. Coleção de Leis da República do Brasil de 1921. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1921.
- \_\_\_\_\_. Decreto Nº. 17.042 de 16 de setembro de 1925. Coleção de Leis da República do Brasil de 1925. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1925.
- DEAN, Warren. A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FRANCO, José Lins de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2009.
- HOBBSAWN, Eric. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- HOUAISS. Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MENDONÇA, Sonia Regina. Ruralismo: Agricultura, Poder e Estado na Primeira República. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1990.
- Revista A lavoura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, dezembro de 1897; janeiro a fevereiro de 1918.
- Revista do Museu Paulista. São Paulo: Tip do Diário Oficial, 1911.
- SAMPAIO, Alberto José. O problema Florestal no Brasil em 1926. Relatório sucinto visando a Phypotechnia e a Phytogeographia, abril-maio de 1926.
- SNA. Anais do Primeiro Congresso Nacional da Agricultura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, v. 1 e 2.
- THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.



# XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC